

“Aumente a sua renda sendo um professor”: Um convite à mercantilização da docência em EAD

Alexandra Domingues ()*

Formação de professores em EaD

Na composição deste artigo, pretende-se analisar o papel da Educação a distância como política pública de ampliação do acesso ao Ensino Superior. Bem mais especificamente no que tange aos processos de formação inicial de professores para a educação básica que ocorram através da EaD. A modalidade de educação a distância que se organiza de forma associada à Universidade Aberta do Brasil surge a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com outros entes federativos, tendo como um de seus objetivos principais a oferta de formação inicial e qualificação para a maior quantidade possível de professores e trabalhadores da educação básica.

Em um primeiro momento a Universidade Aberta do Brasil possuía como objetivo atender professores e equipes diretivas que já estivessem em atividade nas escolas e instituições de ensino. Porém, na atualidade os cursos a distância possuem um público mais genérico que vai desde funcionários de escola e professores até outros profissionais que possuam interesse em uma formação mais autônoma e em formato diferenciado da educação presencial.

De acordo com a ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), o principal público desta modalidade, agora referindo-nos mais especificamente a cursos ofertados por instituições mantidas pelo governo federal, pertence a populações de zonas periféricas do Brasil que possuem dificuldades geográficas e econômicas de acesso às cidades melhor desenvolvidas econômica e culturalmente. Salienta-se que a Educação a distância, como modalidade de educação, é instituída juridicamente no país a partir da promulgação do decreto 5622/2005, que hoje se encontra revogado pelo decreto 9057/2017. O decreto 9057/2017 regulamenta o artigo 80 da LDB, Lei de Diretrizes e

(*) Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS) e mestre em Educação pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFsul) – campus Pelotas. Licenciada em Ciências Sociais pelo ISP – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFsul) – campus Pelotas. Trabalha na Coordenação de Ensino do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Restinga como Técnica em Assuntos Educacionais, no setor de Orientação Estudantil. É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Campus Porto Alegre/Restinga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. É bolsista administrativa na equipe multidisciplinar da Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras e suas Tecnologias do departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Campus do Vale.

Bases da Educação Nacional (9394/1996), o qual discorre sobre a educação a distância em todos os níveis e modalidades de educação no Brasil. Já a Universidade Aberta do Brasil como sistema de formação constituído por universidades públicas é instituída pelo decreto 5800/2006. Nele são dispostos os objetivos e as finalidades da UAB.

É importante salientar que esta pesquisa não possui o objetivo de avaliar as condições e possibilidades tecnológicas que o formato operacional da Educação a distância pode proporcionar aos seus alunos e alunas; preocupa-nos, e é questão primordial para essa pesquisa, o quanto a educação a distância como política pública pode ou não aliar-se com um tipo de formação professoral que se viabiliza como emancipatória ou reproduzidor de desigualdades. Dessa forma vimos como objetivo necessário na formação de professores que se utiliza do sistema UAB a instrumentalização intelectual crítica dos professores que irão atuar em regiões carentes e com pouco desenvolvimento socioeconômico. A intencionalidade do fazer professoral, ou seja, a importância da futura prática do educador deve refletir um aprendizado comprometido com uma sociedade íntegra.

Nesse sentido, o propósito da formação do professor não deve reflexionar desde lógicas mercadológicas e superficiais em que a constituição profissional de professores organiza-se de forma técnica e descontextualizada de seu papel na atividade social. O capitalismo é um formato de exploração da economia, que visa, através do lucro, mercantilizar todos os artefatos necessários à vida humana. Com a justificativa de expansão da Educação Superior, que não é provisão obrigatória do Estado (lei 9394/96), esta estrutura econômica capitalista observa na educação um terreno fértil para sua ação. Pretende-se, assim, analisar de forma crítica a expansão da Educação Superior a partir dos anos 1960, década caracterizada pela abertura das instâncias educacionais para o capital privado.

Para realizar esta reflexão tem-se como instrumento de pesquisa a análise da influência do Plano Diretor de Economia do Estado (1995), desenvolvido pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Este documento, que sugere que o Estado assumira o perfil de uma empresa capitalista, torna-se uma base fecunda para a assunção de uma Economia Gerencial por parte do Estado.

Formação em nível superior no Brasil: um flerte com a mercantilização

No contexto da pesquisa tencionamos a formação de professores na modalidade a distância utilizando como cenário a ampliação do ensino privado no Brasil desde a reforma universitária de 1968. Neste contexto, aparecem dois atores principais: apesar do cenário repressivo desse período histórico, de um lado, professores, intelectuais progressistas e estudantes pleiteiam uma educação

mais crítica, engajada socialmente e com mais vagas no sistema público, ou seja, sugerem investimentos na ampliação de vagas e recursos nas instituições públicas de educação superior. Por outro lado, a elite conservadora da época, aliada importante do regime militar (1964-1985), objetivando a manutenção de um sistema de educação classificatório e excludente, estabelece a elaboração de um plano de expansão do ensino superior que favorece a ampliação significativa das instituições privadas de educação e a consolidação de seus interesses.

A situação política requereu ajustes na educação superior, o que foi feito pela reforma universitária instituída pela lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (MANCEBO, MARTINS E VALE, 2015). Esta reforma torna-se um das primeiras regularizadoras de um perigoso processo de parcerias público-privadas que pretendem garantir a formação do desenvolvimento intelectual no Brasil. A partir desta reforma algumas instituições privadas, com algumas exceções, começam a operar a partir de uma lógica conservadora e mercantilista. Lógica conservadora, pois se alia ao pensamento de algumas instituições civis, morais e religiosas, como grupos sociais e igrejas, e mercantil, pois objetivam bem mais o lucro financeiro e a preservação do *status* social das camadas populares do que a ampliação de um tipo de formação que esteja comprometido com a melhoria das condições sociais do país.

Pensando particularmente no caso da formação de professores, neste momento histórico inicia-se a constituição de um tipo de desenvolvimento professoral que se preocupa bem mais com a inserção no mercado de trabalho do que com a particularidade emancipatória que deve resguardar a atuação dos profissionais da educação. Tempos depois, em 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso, este processo de expansão das instituições privadas no Brasil segue crescendo. O documento elaborado por Luiz Carlos Bresser Pereira, Paulo Paiva, Pedro Malan e José Serra, entre outros, intitulado *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* aconselha o estado a claramente perseguir um modo eficiente e gerencial de desenvolvimento, o qual deve tornar-se mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital, isto é, a educação e outros direitos sociais deixam de ocupar um espaço de investimento para oficialmente tornarem-se desembolso desnecessário para o estado. Nesse sentido, a educação passa, então, a ser vista pelos empresários e investidores de mercado como um empreendimento com possibilidades amplamente lucrativas.

Já em 2003, a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva as instituições públicas iniciam um novo processo de expansão com a criação dos Institutos Federais, promoção de concursos para professores nas instituições públicas de formação superior, concursos para técnico-administrativos em educação e reorganização dos planos de carreira dessas duas categorias profissionais. Apesar deste

contexto e dos avanços citados, o sistema de ensino privado ainda segue fortalecido durante o governo de Lula. Neste período histórico bem recente são inaugurados e ampliados os sistemas de políticas de bolsas e financiamentos estudantis como são exemplos o Prouni e o Fies. Sobrelevamos que a manutenção desses programas é responsável pelo acesso de jovens e trabalhadores à educação superior. No entanto, entendo que tais mecanismos de acesso devem ocupar um espaço fugaz de investimento governamental. O investimento contínuo deve ser realizado em instituições públicas, pois é através delas que a população tem resguardado o seu efetivo direito à educação.

A expansão do setor privado consolidada principalmente após o Plano Bresser obedece a pressão de setores que se voltam para o ensino de massa. Esta forma de transmissão de conhecimento não possui comprometimento com a Educação em seu sentido transformador. No mercado da instrução, que se abre freneticamente para os lucros, estão pessoas com formações das áreas mais diversas como administração, economia e publicidade, formações essas mais voltadas para o sentido empreendedor e de adestramento da profissão.

Nesse contexto mercantil, surgem e ampliam-se em oferta vários cursos de licenciatura em educação a distância que oferecem formações rápidas e autônomas. No recorte que compartilhamos da pesquisa trazemos o caso das segundas licenciaturas de duas instituições privadas que oferecem a formação professoral como uma “complementação de renda”. Tais instituições trazem dois apresentadores da televisão aberta que se encaixam muito bem no perfil do mercado publicitário, visto que são bonitos, populares, heterossexuais, chefes de família e muito bem sucedidos financeiramente.

As empresas que sustentam o sentido empreendedor dado por essas campanhas pertencem ao grupo Kroton, que possui como slogan a frase: *Paixão por educar*. Tal empresa investe massivamente em uma publicidade favorável a esse sistema de educação trazendo à tona todas as vantagens dos estudos a distância. O caso das segundas licenciaturas traz a oferta de segundas formações em licenciatura como oportunidade de “complemento salarial”. A frase imperativa e emblemática da peça publicitária aconselha: *torne-se professor e aumente sua renda*. Entendemos que a frase e a propaganda veiculadas pela mídia nacional abrem espaço para problematizar o sentido de formação que estas empresas, que possuem um modo de atuação comprometido com o mercado, executam através dos modos de produção com os quais estão comprometidas e acostumadas a lidar.

Há na frase acima, que traz consigo toda uma perspectiva corporativa e um tipo de confusão quase constrangedor entre a formação docente e o papel subjetivo e ético que resguarda a atuação do professor. Entendemos que o professor é um dos profissionais que abriga a força e a amplitude para

reconfigurar a situação de desigualdade do país. Nestas formações, ofertadas por esse perfil de empresas privadas, a escola se situa apenas como um meio de acesso aos artefatos capitalistas. Deixando assim de unir-se aos objetivos de transformação com vista à justiça social, para se unir aos objetivos do capital. Neste sentido se dá a importância de instituições de educação superior que invistam em pesquisa e extensão. Nesse sentido se dá a importância de fortalecer o sistema público de educação e a própria universidade aberta do Brasil com objetivos críticos e currículos engajados no fortalecimento da instrução dos docentes por ela formados. A universidade deve produzir pesquisas que beneficiem a comunidade, as pessoas, o meio ambiente, a sociedade e não o capital. Por esses motivos observamos a necessidade de que os cursos de formação de professores objetivem uma formação problematizadora e reflexiva.

A lógica que percebe a profissão docente como uma mera complementação de renda, possui mecanismos de controle complexos, que visam, entre outros, desarticular a construção de uma classe trabalhadora consciente de seus direitos. Por isso, enxergamos essa expansão mercadológica da formação de professores como uma estratégia neoliberal para a manutenção da desigualdade social, visto que opera a partir da formação ou deformação da consciência.

Procedimentos metodológicos

Tem-se como questão de pesquisa a potencialidade da educação a distância como política pública que pode ou não se aliar a um tipo de formação professoral, que procure ocupar um espaço de emancipação social ou de reprodução de desigualdades. Para tanto ao realizar a pesquisa optamos por assumir um caráter exploratório-reflexivo, a partir da revisão bibliográfica atual sobre o tema de pesquisa que nos instiga observar. São instrumentos de coleta e análise de pesquisa os dados disponíveis na Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, no ministério da Educação, através do sistema Universidade Aberta do Brasil, e também na literatura educacional considerando a posição teórico-metodológica crítica no que se relaciona com a formação de professores e sua posterior atividade na educação básica.

O documento elaborado durante o período em que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil, intitulado como *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* também serve como argumentação para a análise da fase em que efetivamente o estado brasileiro assume a prática gerencial como estratégia para elaboração de políticas educacionais. O período ditatorial do Brasil

que se estende entre os anos de 1964 a 1985 é fonte de pesquisa para compreender o quanto a formação de professores no Brasil ainda possui marcas de repressão e autoritarismo.

Por intermédio do que podemos analisar até agora se pode concluir, ainda que provisoriamente, visto que como já mencionado na introdução, a pesquisa ainda está em curso, não é aleatório que a educação privada permaneça se desenvolvendo de forma tão rápida e vigorosa. Os mecanismos neoliberais de controle visam ampliar uma classe trabalhadora sem consciência de seu lugar social, sem consciência de seus direitos e por isso corrompida por angústia de acessar os bens sociais capitalistas. Somente uma nova pedagogia, colaborativa e engajada pode vislumbrar um novo ciclo cidadão. A educação pode e deve expandir-se, porém, tal expansão deve ocorrer de forma comprometida com a modificação da nossa sociedade.

Considerações finais e um convite à reflexão

A essência transformadora da escola confronta-se com o *modus operandi* de uma sociedade que valoriza a concorrência, o individualismo e a conformidade. Entretanto, uma das maiores implicações que pode ser observada pela reprodução deste tipo de conduta no ambiente escolar reside no fato de que a profissão de professor não é uma profissão qualquer, ao passo que a profissão docente carrega em si possibilidades, talvez maiores que as de outras profissões, para operar a partir de uma logicidade sensível há um modo de vida cooperativo e generoso. Há uma decisiva dimensão política na formação de professores e enquanto esta dimensão acompanhar e for submetida ao pensamento capitalista, não existirá expectativa para melhores dias.

Enquanto nós, professores, estudantes e trabalhadores das mais diversas categorias profissionais nos deixarmos açoitados pelos mecanismos opressores de quem nos ataca e explora, não existirá força para outro tipo de organização social. A Educação é a maior arma que a classe trabalhadora possui em suas mãos para poder manter a sua dignidade. A partir da Educação como um todo, mas principalmente, a partir da escrita e da leitura dos números e da vida, que os cidadãos comuns podem compreender seus direitos à terra, à saúde e à Educação entre outros. É preciso saber ler e interpretar para compreender que a roda capitalista se fortalece a partir das nossas vulnerabilidades.

De acordo com Santos (1998) há, pois, que buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram caminhos a novas possibilidades democráticas. Quando se abre mão do rigor teórico e da amorosidade ao sonho da transformação ao ensinar, para lidar apenas com dados e números consonantes aos projetos meritocráticos do governo, como o caso da Provinha

Brasil¹ e outros, começa-se a compactuar com a manutenção equivocada de um tipo de vida mesquinho e prepotente. O professor tem papel fundamental na construção de uma educação mais democrática. É preciso reverter valores individuais para valores solidários. É emergente nos munirmos enquanto povo, de uma pedagogia mais reflexiva e participativa ancorada em uma formação consciente. Neste sentido tenciona-se o sentido de direito à educação, empreendido pela Constituição Federal do Brasil, lei do ano de 1988. A CF de 1988 constituiu-se como o primeiro e grande marco da sociedade democrática no nosso país.

Após um período ditatorial de 21 anos, vivenciado entres os anos 1964 a 1984, a pressão popular por liberdade a partir do golpe dos militares (1964) leva brasileiros e brasileiras as ruas para exigir eleições diretas para presidente no ano de 1985 para mais tarde consolidar-se como um país democrático através da referida legislação. O direito a Educação figura entre os direitos sociais inscritos no capítulo II da nossa constituição. No entanto este é um dos direitos mais afetados pela crescente desigualdade demandante pela falta de oportunidades justas para os cidadãos que pertencem às classes menos favorecidas. Conforme já referido durante a apresentação do tema de pesquisa, a Educação vem assumindo um caráter gerencial sendo vista como um grande negócio lucrativo para o estado e para seus parceiros privados.

O estado se beneficia por meio de apoios políticos e a iniciativa privada se beneficia a partir da isenção de impostos e de investimentos públicos. De modo geral, a estratégia governamental que se efetiva através deste movimento liberal para a Educação revela que as oligarquias nacionais pretendem continuar a oferecer um tipo de ensino diferente para o povo e para as classes abastadas, ou seja, uma escola de pobre para os pobres e uma escola de rico para os ricos. Nas escolas de educação básica há falta de estrutura e professores desmotivados, pois são vítimas dos severos abusos aos seus direitos. Nas escolas de educação básica das classes abastadas além de todo o financiamento privado garantido pelo preço alto das mensalidades cobradas há incentivo público, através de bolsas e estrutura logística renovada através de ruas asfaltadas e segurança ao seu dispor, os seus professores são motivados pelas instâncias mercadológicas de concorrência empreendida pelo capital.

A expansão das instituições superiores está intimamente ligada a um nicho comercial que se cria a partir da falta de investimento na estrutura pública de ensino. No entanto, de acordo com as legislações educacionais, o sistema público de ensino deverá equacionar oportunidades iguais aos

¹ A Provinha Brasil é uma prova aplicada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que visa avaliar as competências desenvolvidas pelos alunos do segundo ano do ensino fundamental. (Fonte: <<http://inep.gov.br/provinha-brasil>>).

cidadãos em período de formação básica. Porém, com professores que terminam suas graduações sem entender ao menos sobre as tecnologias básicas de construção das operações linguísticas e matemáticas, como no caso de muitos estudantes, futuros professores, formados em instituições mercantis de educação a distância, a escola pública torna-se reprodutora da desigualdade.

Em um país marcado por tantas diferenças, poder estudar é um ato político revolucionário. Nesse sentido, ampliar o acesso à educação aliado a interesses capitalistas é algo empobrecedor, que não pode passar sem ser percebido por nós, pesquisadores da área da educação.

Referências

- ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo ead.br**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809_portugues.pdf>. Acesso em 03/02/2019.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.
- _____. **Decreto- Lei 5622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acesso em: 02 . fev. 2019.
- _____. **Decreto- Lei 9057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- _____. **Decreto- Lei 5540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. República Federativa do Brasil, Brasília.
- _____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.
- GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n 113, p. 1355-1379 out-dez. 2010.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999.
- KROTON. **Portal Ensino – Kroton Institucional**. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2019
- MANCEBO, Deise; JUNIOR, João dos Reis Silva; LÉDA, Denise Bessa. O trabalho nas instituições de Educação Superior. **RBPAAE**, Goiás, v. 32, n. 3, p. 739-757, set-dez. 2016.

MAUÉS, Olgaídes Cabral; BASTOS, Robson dos Santos. As políticas de educação superior na esteira dos organismos internacionais. **RBP**AE, Goiás, v. 32, n. 3, p. 699 a 717. set-dez. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:____ (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 27ª ed., 2008.

SANTOS, Boaventura. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes *et al.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Resumo: O slogan de uma Instituição privada de Educação Superior presencial e a distancia já consolidada no mercado empresarial, e a utilização da imagem de garoto propaganda de um importante e respeitado comunicador empregado na maior empresa de entretenimento e comunicação do país chama a atenção para a confusão existente entre a formação docente e o papel subjetivo e ético que resguarda a atuação do professor para a reconfiguração e superação da desigualdade social do Brasil. Desde a apreensão das políticas neoliberais através de estratégias de gestão e minimização de custos para o que o Estado garanta a provisão do direito a educação (BANCO MUNDIAL, 1995), garantido na Constituição de 1988, a educação e especialmente a formação de professores tornaram-se terreno fértil para a propagação de instituições privadas que garantem a instrução de profissionais para trabalhar na Educação Básica através de graduações enxutas e de qualidade questionável. A escola pública de qualidade é uma das ferramentas para a garantia de acesso da classe trabalhadora ao direito de bem-estar social visto que, já financia o estado através da manutenção dos impostos com os quais contribui através do emprego formal e do acesso aos bens de consumo controlados e incentivados pelo mercado. Neste trabalho problematizamos a Educação Superior à distância para a formação de professores ofertada especialmente por Instituições privadas. Entendemos que a partir do momento em que a formação de professores nas IES situa a escola apenas como um meio de acesso aos artefatos capitalistas ela deixa de aliar-se a seus objetivos de transformação social com vista à justiça escolar para unir-se aos objetivos do capital. As empresas visam o lucro, as escolas visam à tomada de consciência e a emancipação social. A lógica que percebe a profissão docente como uma espécie de bico possui mecanismos de controle bem mais obscuros do que deixa transparecer através dos sorrisos e dos convites deste tipo de empresa que promete uma vida cheia de luxos desde que sejam pagas algumas parcelas que garantirão uma vida de consumo.

Palavras-chave: Educação Superior Privada. Educação a Distância. Formação de Professores

Resumen: El slogan de una Institución privada de Educación Superior presencial y la distancia ya consolidada en el mercado empresarial, y la utilización de la imagen de chico propaganda de un importante y respetado comunicador empleado en la mayor empresa de entretenimiento y comunicación del país llama la atención sobre la confusión existente entre la formación docente y el papel subjetivo y ético que resguarda la actuación del profesor para la reconfiguración y superación de la desigualdad social de Brasil. Desde la aprehensión de las políticas neoliberales a través de estrategias de gestión y minimización de costos para lo que el Estado garantiza la provisión del derecho a educación (BANCO MUNDIAL, 1995), garantizado en la Constitución de 1988, la educación y especialmente la formación de profesores, se trata de un terreno fértil para la propagação de instituciones privadas que garantizan la instrucción de profesionales para trabajar en la Educación Básica a través de graduaciones y de calidad cuestionables. La escuela pública de calidad es una de

las herramientas para garantizar el acceso de la clase trabajadora al derecho de bienestar social ya que ya financia el estado a través del mantenimiento de los impuestos con los que contribuye a través del empleo formal y del acceso a los bienes de consumo controlados e incentivados por el mercado. En este trabajo problematizamos la Educación Superior a distancia para la formación de profesores ofrecida especialmente por Instituciones privadas. Entendemos que a partir del momento en que la formación de profesores en las IES sitúa la escuela apenas como un medio de acceso a los artefactos capitalistas ella deja de aliar-se a sus objetivos de transformación social con vistas a la justicia escolar para unirse a los objetivos del cambio, capital. Las empresas apuntan al lucro, las escuelas apuntan a la toma de conciencia y la emancipación social. La lógica que percibe la profesión docente como una especie de “bico” tiene mecanismos de control mucho más oscuros de lo que deja traslucir a través de las sonrisas y las invitaciones de este tipo de empresa que promete una vida llena de lujos desde que se pagan algunas parcelas que garantizarán una vida de consumo.

Palabras clave: Educación Superior Privada. Educación a distância. Formación de profesores.

Recebido em: 26/05/2019.

Aceito em: 03/06/2019.